

# Responsabilidade Socioambiental de Instituições Financeiras: Um Olhar de Direitos Humanos

Caio de Souza Borges

[caio.borges@conectas.org](mailto:caio.borges@conectas.org)

06/12/2016

---

# Marco jurídico nacional

- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei N° 6.938): Princípio do Poluidor-Pagador
- Legislação específica (ex.: Lei de Biossegurança)
- Resolução N° 4.327/2014 do CMN – editada pelo BCB
  - Instituições financeiras devem criar uma Política de Responsabilidade Socioambiental
  - Estabelecer órgãos de governança e controles internos
  - Elaborar um Plano de Ação
- Autorregulação da Febraban

# Normas e padrões internacionais

- Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos
- Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais
- Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*, do Grupo Banco Mundial
- Princípios do Equador

# Normas e padrões internacionais

Política de  
compromisso pelos  
direitos humanos



Devida diligência  
em direitos  
humanos



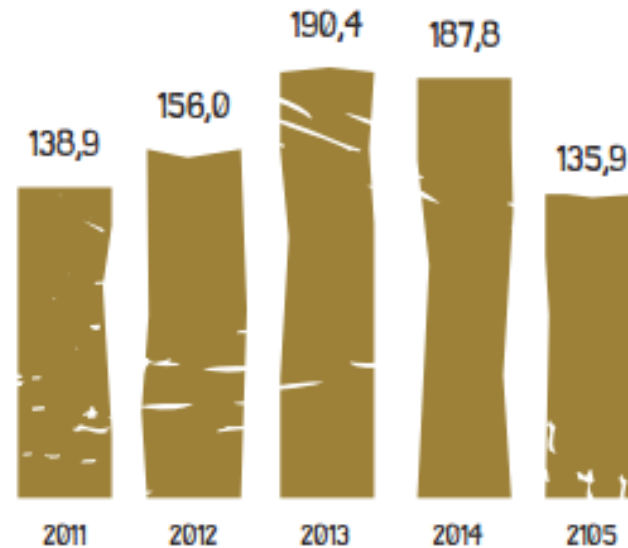
Mecanismos de  
reparação

- Acessível
- Transparente
- Previsível
- Imparcial

# O BNDES: principal agência de fomento ao desenvolvimento

- Responde por mais de 70% do crédito direcionado no Brasil
- Desembolsos em infraestrutura (2015): R\$ 54 bilhões
- Banco Mundial entre 2011-2015 para Energia e Mineração: R\$ 48 bi
- Desembolsos totais do BNDES entre 2011-2015: R\$ 809 bi
- Empréstimos do Banco Mundial entre 2011-2015: R\$ 357 bi

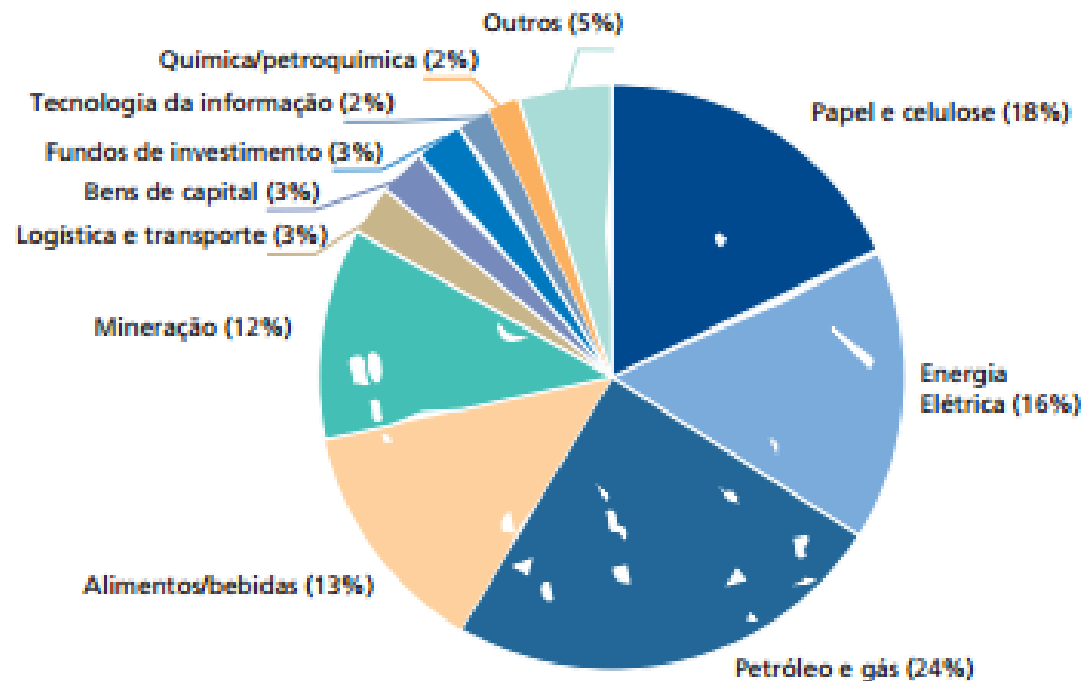
SÉRIE DE DESEMBOLSOS TOTAIS (em R\$ bilhões)



# O BNDES: principal agência de fomento ao desenvolvimento

- Carteira de renda variável (participações acionárias): R\$ 11 bi para energia elétrica

CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL DO SISTEMA BNDES POR SETOR



NOSSA CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL ENCERROU DEZEMBRO DE 2015 COM VALOR DE MERCADO DE R\$ 69 BILHÕES, SETORIALMENTE DISTRIBUÍDA CONFORME O GRÁFICO.

# O diálogo entre o BNDES e a sociedade civil

- Quatro reuniões temáticas
  - Transparência
  - Política Socioambiental
  - Política Social
  - Investimentos internacionais
- Diálogo para troca de informações, mas compromisso de mudanças concretas

# O diálogo entre o BNDES e a sociedade civil

- Avanços

- Maior transparência sobre os financiamentos, inclusive operações de apoio à exportação (mas não de informações sobre a avaliação de risco socioambiental)
- Modificações na PRSA (capítulo sobre Avaliação Socioambiental em Exim pós-embarque = serviços de engenharia)



# O diálogo entre o BNDES e a sociedade civil

## Desafios

- **Dificuldade de entender suas próprias responsabilidades**
- Análise formalista da avaliação de impactos
- Mitigação de impactos com viés de medidas de responsabilidade social empresarial
- Ausência de parâmetros sobre direitos fundamentais, como a consulta livre, prévia e informada (CLPI)

# Ações judiciais em face do BNDES: transparência

## Ação MP-DF

Pedido: condições dos empréstimos dos últimos 10 anos

Origem: fusão Pão de Açúcar e Carrefour

Decisão liminar: BNDES não está sujeito à Lei de Acesso (exceção da CVM)

Sentença: BNDES deve divulgar

## Ação Folha

Pedido: relatórios de análise acima de 100 mi

Insumos: exemplo de relatório de análise

Origem: programa transparência

Decisão TRF-2: informações não comprometem a segurança do Estado

# Ações judiciais em face do BNDES: corresponsabilidade

## Ação Xikrin

Pedido: realização de estudos complementares para povos indígenas e indenização

Origem: PR-PA

Sentença: BNDES pode estar no polo passivo.  
Improcedente porque EIA/RIMA estaria regular

## Ação Odebrecht / Angola

Pedido: indenização por danos coletivos contra Odebrecht por uso de trabalho análogo ao de escravo. BNDES não foi incluído no polo passivo, mas houve pedido de suspensão de financiamento

Origem: MPT (Araraquara)

Decisão judicial: financiamentos do BNDES não suspensos

# Exemplo comparado: Holanda

- Compromisso do setor financeiro holandês pelos direitos humanos (Set/2016)
- Partes (delegações):



# Exemplo comparado: Holanda

- Compromisso do setor financeiro holandês pelos direitos humanos (Set/2016)



# Exemplo comparado: Holanda

- Reconhece que a responsabilidade dos financiadores pelos direitos humanos é complexa e requer esforços conjuntos
  - À luz de parâmetros internacionais: Princípios da ONU, OCDE, Banco Mundial, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
  - Prazo de implementação: 3 anos
  - Escopo: *Project Finance* e Financiamento corporativo
-

# Exemplo comparado: Holanda

## ➤ Governança

- Comitê Executivo
  - Comitê de Monitoramento Independente
  - Mecanismo de Resolução de Disputas
  - Fundo
-

# Exemplo comparado: Holanda

## ➤ Ferramentas

- Matriz de risco de direitos humanos com uma base de dados pública
  - Identificação de áreas de alto risco e zonas de conflito
  - Identificação de setores de alto risco e impacto
  - Mapeamento de cadeias de valor (inicialmente cacau, óleo de palma e ouro)
-



# Exemplo comparado: Holanda

- Sobre consulta com os atingidos:
    - Exigir do cliente a realização de consultas e tomar medidas em caso de negligência
    - Exigência de CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO nas hipóteses previstas nos Padrões de Desempenho do IFC
    - Promover ativamente o CLPI na modalidade de financiamento corporativo quando houver risco de violações de direitos territoriais
-

# Exemplo comparado: Holanda

## - Sobre medidas de reparação:

- Bancos irão exigir dos clientes um mecanismo para receber denúncias das comunidades afetadas a partir de 2018, de acordo com parâmetros internacionais (Project finance)
  - Criação de um Grupo de Trabalho para explorar e esclarecer o nível de responsabilidade dos bancos pelos direitos humanos (relatório em 04/2017)
-

# Exemplo comparado: Holanda

- Sobre prevenção e mitigação de impactos e contribuição para o desenvolvimento sustentável:
    - Governo deve garantir que as vozes possam ser ouvidas. Brasil campeão de assassinatos de defensores ambientais e de DH
    - Bancos se comprometem a desvendar formas de usar influência e considerar situações de cancelamento do empréstimo
    - Bancos buscarão ir além para entender seu papel no des. sustentável
-

# Exemplo comparado: Holanda

## - Sobre transparência:

- Princípio da máxima transparência sobre questões ambientais e de direitos humanos
  - A partir de 2017, divulgar exposição a setores econômicos ou lista de empresas beneficiárias
  - Relatório anual de acordo com parâmetros internacionais sobre direitos humanos
  - Relatório sobre cumprimento do Acordo, incluindo interações com empresas
  - Desenvolvimento de indicadores de performance
-

# Ações necessárias

1) **Congresso Nacional:** Controle democrático das ações dos bancos públicos (ex.: projeto de lei sobre cláusula de direitos humanos em contratos de financiamento públicos)

2) **Banco Central:** publicar dados sobre o cumprimento da Resolução N° 4.327/2014

3) **BNDES:** criar uma guia setorial para hidrelétricas (e outros setores de alto risco) em processo participativo e atender à recomendação da ONU de incluir salvaguardas de direitos humanos

4) Estabelecimento de uma plataforma multissetorial para debater os desafios do setor financeiro e formalizar compromissos

5) Considerar o papel dos financiadores em outros temas transversais, como o marco do licenciamento ambiental, regras sobre concessões e leilões, PPIs etc.